



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Nota de Imprensa

A Representação Parlamentar do PPM denuncia o carácter ruinoso do acordo realizado entre o Governo Regional e o Governo da República em relação à execução do Subsídio Social de Mobilidade, que baixou o contributo da República nesta área para cerca de 50% do que sucedia antes de 2015 (as antigas indemnizações compensatórias que atingiam os 10 milhões de euros em contraponto aos 3.700.000 de euros pagos pela República em 2015 – embora considerando menos 3 meses do Inverno IATA)

O Presidente do Governo Regional disse hoje, no âmbito do debate realizado no Parlamento dos Açores em relação aos transportes, que o Governo Regional não se revia nos valores divulgados pelo Governo da República, na sequência de um Requerimento realizado pelo CDS/PP na Assembleia da República, em relação ao valor pago pela República no âmbito da execução do Subsídio Social de Mobilidade em 2015: apenas 3.700.000 euros, ou seja um valor muito inferior ao valor das antigas indemnizações compensatórias pagas ao abrigo das obrigações de serviço público.

Estes valores, a confirmarem-se - e não existe nenhuma razão para duvidar dos mesmos - revelam que o Governo Regional assinou um acordo ruinoso com o Governo da República. Deixou-se enganar pelos negociadores do Governo da República de uma forma absolutamente "amadora". A Representação Parlamentar do PPM denunciou este facto e o Governo Regional optou por não responder.

O Governo Regional também não quis responder às questões relacionados com os encaminhamentos. Questões que a Representação Parlamentar do PPM colocou, de forma reiterada, ao Governo Regional ao longo do debate parlamentar.

- 1 – Quantos encaminhamentos foram efetuados pela SATA desde que os mesmos se iniciaram em 2015?
- 2 – Que custos representaram os mesmos ao longo deste período?
- 3 – Qual a percentagem gasta, no âmbito do valor global encaminhamentos, com os residentes?



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A única questão que o Governo Regional revelou é que ainda não pagou os encaminhamentos à SATA Air Açores, alegadamente devido ao Tribunal de Contas, por conta de uma decisão que o mesmo tomou em dezembro de 2016.

Ou seja, o Governo Regional não contribuiu para o esclarecimento das questões relevantes que lhe foram colocadas. Limitou-se, mais uma vez, a realizar intervenções propagandísticas. Este comportamento reiterado desacredita o Governo Regional e enfraquece o sistema parlamentar democrático.

Horta, 20 de abril de 2017

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão